

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO 1

PARTE I

O DIREITO E A JUSTIÇA NA TRANSIÇÃO PARA O CONSTITUCIONALISMO

**CAPÍTULO 1 – O DIREITO E A JUSTIÇA NO ALVORECER
DE UM MUNDO NOVO 11**

A figura do rei – Metamorfoses da modernidade – Desafios
lusu-brasileiros

**CAPÍTULO 2 – UMA RESPOSTA À CRISE DO ANTIGO
REGIME. REFORMA LEGAL E DA MAGISTRATURA 33**

Iluminismo, crise do Antigo Regime e Iluminismo jurídico – D.
Rodrigo de Sousa Coutinho e o reformismo lusu-brasileiro: suas
referências italianas – Chaves da reforma judicial – Chaves da
reforma legal

**CAPÍTULO 3 – CENTRALIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DA
ESFERA PÚBLICA. A JUSTIÇA NO BRASIL JOANINO 61**

Centralização e espaço público totalizado – Nova cúpula judicial,
novas comarcas e juizados. O *cinturão legal* da Corte – A política
de centralização judicial e suas limitações – Flexibilidade e
adaptações: Juntas de Justiça e juízo privativo dos ingleses – A
regência de D. Pedro e uma ameaça institucional: o duelo com as
Cortes em 1821-1822 – Incidências na política de centralização:
condicionantes estruturais e papel da inovação

**CAPÍTULO 4 – A JUSTIÇA NA MONARQUIA
CONSTITUCIONAL 111**

Dos projetos constitucionais à Constituição de 1824 – A
administração da justiça na máquina do Executivo – Permanências

e mudanças no âmbito do direito – Um poder independente? – Inovações e resistências

CAPÍTULO 5 – MULTINORMATIVIDADE VERSUS SISTEMA. A VONTADE DO ESTADO 153

Um cipoal legislativo? – Tendências político-administrativas em relação à justiça e ao direito entre 1808 e 1829 – Do esforço pela unificação dos espaços jurídicos ao novo direito constitucional, ações e obstáculos – A força das persistências ou da multinormatividade: política fiscal, supervisão das Misericórdias, avocações, privilégios milicianos

CAPÍTULO 6 – AS RELAÇÕES BRASILEIRAS 175

As Relações e suas circunstâncias – Poderes e jurisdições das Relações brasileiras – Problemas estruturais da administração da justiça e tribunais da Relação – A administração de modelo concentrado e seus reflexos na Justiça – Padrões e desempenho dos Tribunais da Relação – Os Tribunais da Relação após a independência

PARTE II

A CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

CAPÍTULO 7 – A CASA DA SUPLIÇÃO: DA MUDANÇA NO SISTEMA À MUDANÇA DO SISTEMA..... 217

A Casa da Suplição no Antigo Regime, jurisdição e competência - Do tribunal da Relação à Casa da Suplição: a ruptura **no** sistema – De Casa da Suplição a Supremo Tribunal de Justiça: a ruptura **do** sistema

CAPÍTULO 8 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL..... 235

Momentos institucionais – Direção, corpo jurídico, corpo administrativo, advogados – Jurisdição, competências e desempenho – Percepções sobre o desempenho do tribunal e de seus membros – Fluxo processual e decisões – Despesas com a Casa da Suplição

CAPÍTULO 9 – O PERFIL DA MAGISTRATURA..... 271

Definição jurídico-profissional dos magistrados – Origem

geográfica dos desembargadores da Casa da Suplicação – Origem social dos desembargadores da Casa da Suplicação

CAPÍTULO 10 – A ATIVIDADE JUSISDICIONAL..... 295

A jurisdição penal da casa da Suplicação – A jurisdição cível da Casa da Suplicação -Julgamentos políticos da Casa da Suplicação

CAPÍTULO 11 – AS GALAS DO PODER E AS PRÁTICAS DA JUSTIÇA..... 323

Etiqueta e ritos da Justiça – O papel da simbologia judicial no Brasil joanino e no Brasil do Primeiro Reinado, paralelos – Magistrados em cerimônias da monarquia, no Reino Unido e no Império – O espaço físico do tribunal

CAPÍTULO 12 – OS DESEMBARGADORES DA CASA DA SUPLICAÇÃO NA ESTRUTURA DE PODER. A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1823 351

Uma polêmica superada: a relevância ou irrelevância da Constituinte – Os desembargadores e a representação na Assembleia Constituinte. Unidade e diversidade. *A regra de ouro* - Papéis e atitudes dos desembargadores: a polarização nacional-regional – A engenharia constitucional e a elaboração da Lei – Cidadania e Direitos – A organização do Estado – As críticas à magistratura e o aperfeiçoamento da Justiça – Os desembargadores-deputados, escolhas entre dois mundos

CAPÍTULO 13 – UM CÍRCULO MAIS INTERNO DO PODER. AÇÃO POLÍTICA DOS DESEMBARGADORES NO PRIMEIRO REINADO 409

Uma “elite política organizada” – Mares agitados: Câmara dos Deputados e Governo – Águas mais calmas: Conselho de Estado e Senado

CAPÍTULO 14 – REDES SOCIAIS DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL..... 433

Relações estabelecidas na juventude. O “testemunho cruzado” – Casamentos intrafamiliares e relações interfamiliares – Relações com comerciantes e fazendeiros – Relações com figuras da política, administração pública e com as Casas real e Imperial

CAPÍTULO 15 – O OCASO DA CASA DA SUPLIÇÃO..... 457

Antecedentes: uma crítica do Imperador – A Casa da Suplição no debate parlamentar de 1826-1828 - Criação do Supremo Tribunal de Justiça e a continuidade da Suplição – A Casa da Suplição, 1829-1833. Composição, atribuições e desempenho – O Código de Processo Criminal e a instalação do Tribunal da Relação

PARTE III

**O DIREITO ANTIGO E OS “NOVOS TEMPOS
CONSTITUCIONAIS”**

CAPÍTULO 16 – DO CASUÍSMO AO SISTEMA..... 485

A casuística probabilista – A ordem jurídica casuística – A ciência nova e o universo jurídico

**CAPÍTULO 17 – A EMERGÊNCIA DE UM DIREITO
PÚBLICO. DOS DIREITOS REGÁLICOS AO
CONSTITUCIONALISMO 505**

A perspectiva da Ilustração – O direito (público?) na sociedade estamental: uma perspectiva menos dogmática – A Justiça, dos direitos regállicos ao constitucionalismo – A administração da Justiça e as características do direito público, 1808-1829 – A administração da Justiça do final do Reino Unido ao Primeiro Reinado e as inovações no direito público

**CAPÍTULO 18 – O DIREITO PRIVADO. PERMANÊNCIAS,
RUPTURAS E DIFERENTES DINÂMICAS..... 543**

O desmonte do passado e suas repercussões no Direito Privado – Um caso de permanência: o Direito de Família – Manifestações de modernidade e territórios de conflito

**CAPÍTULO 19 – MATRIZES DA TRADIÇÃO E DA
INOVAÇÃO..... 569**

Legislação: da tradição às inovações constitucionais – A doutrina e seus embates – A Jurisprudência e suas hesitações

**CAPÍTULO 20 –A CULTURA JURÍDICA DA CASA DA
SUPLIÇÃO 599**

O direito dos letrados e o direito consuetudinário. Da justaposição ao conflito – Tradição barroca: uma forma e, também, um espírito – Casuísmo, ou um direito dúctil – Estatismo, o novo significado da Lei – Ilustração, o triunfo do sistema – O liberalismo e sua tradução jurídica – Independência e soberania: o primado da Constituição

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 633

FONTES E BIBLIOGRAFIA 639